

## ARTIGOS

Hugo Rincon Azevedo<sup>1</sup>

### Propaganda e Legitimação Política na construção da memória funerária do rei D. João I de Portugal (1385 – 1433)<sup>1</sup>

Propaganda and Political Legitimation in the Construction of the Funerary Memory of King John I of Portugal (1385 – 1433)



#### RESUMO:


Este artigo investiga a construção e o papel das narrativas sobre a morte do rei D. João I de Portugal (1385 – 1433) como ferramentas de legitimação dinástica da Casa de Avis no século XV. As narrativas sobre a morte régia serviram para fabricar histórias dinásticas destinadas a legitimar o poder dos príncipes na Idade Média tardia. Os cronistas régios portugueses, como Fernão Lopes, Gomes Zurara, Rui de Pina, Garcia de Resende e Duarte Nunes Leão, desempenharam um papel crucial na cristalização das memórias da dinastia, utilizando discursos idealizadores para engrandecer os monarcas. A Batalha de Aljubarrota de 1385, considerada a "certidão de nascimento" da Dinastia de Avis, foi um elemento central nessas narrativas, evidenciado no epitáfio de D. João I no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Este mosteiro tornou-se uma "crônica em pedra", simbolizando o poder e servindo como um instrumento de legitimação de uma Casa Real que ascendeu ao trono de forma ilegítima. Entendemos que a construção das narrativas sobre a morte desses soberanos dentro do conceito de "usos do passado", que serviram a um projeto de consagração do rei fundador e seus descendentes. É nesse contexto que cotejamos as fontes, crônicas e monumentos funerários da Batalha, investigando a construção das narrativas sobre a morte do de D. João I como instrumentos de legitimação, propaganda política e afirmação dinástica de Avis no século XV.

**Palavras-chave:** D. João I; Mosteiro da Batalha; Propaganda Política; Legitimação

#### ABSTRACT:

This article investigates the construction and role of narratives about the death of King John I of Portugal (1385 – 1433) as tools for dynastic legitimization of the House of Avis in the 15th century. Narratives about royal death were used to create dynastic stories aimed at legitimizing the power of princes in the late Middle Ages. Portuguese royal chroniclers such as Fernão Lopes, Gomes Zurara, Rui de Pina, Garcia de Resende, and Duarte Nunes Leão played a crucial role in crystallizing the memories of the dynasty by using idealized discourses to glorify the monarchs. The Battle of Aljubarrota in 1385, considered the "birth certificate" of the Avis Dynasty, was a central element in these narratives, as evidenced by the epitaph of John I in the Monastery of Santa Maria da Vitória. This monastery became a "chronicle in stone," symbolizing power and serving as a tool to legitimize a royal house that ascended to the throne illegitimately. We understand the construction of narratives about the deaths of these sovereigns within the concept of "uses of the past," which served a project of consecrating the founding king and his descendants. In this context, we examine sources, chronicles, and funeral monuments from Batalha, investigating the construction of narratives about the death of John I as instruments of legitimization, political propaganda, and dynastic affirmation of the House of Avis in the 15th century.

**Keywords:** King John I; Monastery of Batalha; Political Propaganda; Legitimation

<sup>1</sup> Graduado em História, Mestre e Doutor em História, Professor, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. hugo\_jsk@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-3561-3451>

<sup>1</sup> Este artigo é baseado em discussões realizadas anteriormente em minha Tese de Doutorado.

## INTRODUÇÃO

As narrativas da morte sobre os reis trazem, enquanto elementos de cristalização da memória e do poder, a evocação de ideais que auxiliam na legitimação das dinastias. Nesse sentido, Michel Lauwers (2017, p. 291) afirma que nos últimos séculos da Idade Média, a memória dos mortos foi utilizada para a construção de histórias dinásticas, objetivando legitimar os poderes das monarquias. Esse movimento de culto à morte dos reis, ou melhor, a memória da morte régia, estava intimamente ligada com a ampliação dos poderes e da autoridade da realeza europeia no período. É nesse contexto, que este artigo propõe investigar a construção e o papel das narrativas sobre a morte do rei D. João I de Portugal (1385 – 1433) como ferramentas de propaganda política, de legitimação e de afirmação dinástica da Casa de Avis no século XV.

Considerando o registro da História e a sua escrita como sinônimo de poder simbólico (BOURDIEU, 2010), os cronistas régios exerceram um papel fundamental na evocação e na cristalização das memórias da Dinastia de Avis. Fernão Lopes<sup>2</sup>, Gomes Zurara<sup>3</sup>, Rui de Pina<sup>4</sup>, Garcia de Resende<sup>5</sup> e Duarte Nunes Leão<sup>6</sup> traziam em suas crônicas discursos idealizadores, que tinham o claro objetivo de engrandecer os monarcas biografados. Na análise desses discursos e das memó-

rias evocadas, desde a narrativa de Fernão Lopes sobre o final do reinado de D. Fernando (1367 – 1385) e o início da crise sucessória ao discurso construído por Rui de Pina sobre do fundador da Dinastia de Avis, todas essas narrativas tinham um ponto crucial em comum: evocavam ou inspiraram-se no simbolismo de Aljubarrota. A batalha contra os castelhanos de 1385, “certidão de nascimento” da dinastia, afirmava-se como elemento central dessas narrativas<sup>7</sup>. É o que aponta, por exemplo, o epitáfio de D. João I inserido no seu túmulo no Mosteiro da Batalha.

Lugar de sepultura do rei D. João I, Santa Maria da Vitória se tornou ao longo do século XV uma espécie de “crônica em pedra” dos reis de Avis, a materialização da memória dinástica, o símbolo do poder e um instrumento de legitimação de uma Casa Real que ascendeu ao trono português de maneira ilegítima. Partimos do pressuposto de que a memória funerária foi um dos principais mecanismos de afirmação dinástica de Avis no século XV. Desse modo, para além do seu panteão real, faz-se necessário entender a construção das narrativas da morte desses soberanos e como essas, dentro de uma concepção de “usos do passado”, serviram a um projeto edificado pelos membros da realeza, objetivando a consagração do rei fundador e de seus descendentes.

Nesse sentido, Nieto Soria (1993) afirma que toda propaganda política se apropria das mo-

tivações conscientes e inconscientes, entrelaçando-as, para obter suas pretensões políticas. As cerimônias e os rituais régios alcançavam uma grande eficácia propagandística por meio de sua capacidade de transitar no imaginário coletivo, levando a uma forte recepção nos grupos sociais que se objetivava alcançar. Em termos de legitimação, o autor afirma que a ideologia legitimadora se difunde por meio dos variados recursos de propaganda, assim se tornando parte do cerimonial e do ritual desses meios. Os mecanismos de legitimação sob uma dimensão propagandística, sejam nos rituais, cerimônias políticas ou monumentos funerários da realeza, têm a capacidade de promover um maior respaldo legal a determinada reivindicação ou pretensão de poder. Desse modo, consideramos que a construção da memória funerária dos reis no baixo medievo ocidental manifestou-se como um dos principais instrumentos de propaganda das monarquias. É nesse contexto que analisamos a construção da memória funerária do rei D. João I nos registros escritos (crônicas régias) e na sua materialização na “memória em pedra” (monumentos fúnebres) do fundador da dinastia no Mosteiro de Santa Maria da Vitória como mecanismos de legitimação e propaganda dinástica.

A bem-aventurada morte de D. João I (ou as memórias construídas sobre o passamento do fundador da Dinastia de Avis enquanto um discursor

propagador de poder) é uma temática que tem ganhado força na historiografia portuguesa desde as últimas décadas do século passado, especialmente com o advento da *História das Mentalidades*, por Jacques Le Goff (1988) e outros historiadores da terceira fase do *Movimento dos Annales* (BURKE, 2011). No intuito de se fazer uma nova história política<sup>8</sup>, historiadores lusitanos e ibéricos exploraram intensamente os usos do passado, e daí a construção de memórias fúnebres, como mecanismos de consolidação do poder político (NOGÁLES RINCÓN, 2010). Objetivamos adiante analisar este processo, principalmente no que se considera à idealização sobre a morte de D. João I no século XV.

## O TESTAMENTO (1426) AS NARRATIVAS SOBRE A "BEM-AVENTURADA MORTE" DO REI

Os testamentos régios são importantes fontes para se entender a concepção do morrer e do poder associado aos panteões régios para os monarcas portugueses da primeira dinastia. O ato de testar na Baixa Idade Média, especialmente no mundo urbano, relacionava-se aos preparativos para uma morte “bem administrada” (KELLEHEAR, 2016, pp. 284 – 286). A emergência de novos grupos sociais e de uma aristocracia urbana exigiu

que esses novos estratos sociais buscassem no testamento mais do que uma forma de garantir a boa morte, como as sociedades agrícolas ainda entendiam. Testar significava mais do que encomendar missas e deixar pagamentos de esmolas pela salvação da sua alma, ou acordos firmados entre parentes e sob a tutela clerical. Nas cidades, administrava-se o morrer com o auxílio de profissionais, daí a contratação de juristas para a elaboração de testamentos, que além do controle da boa passagem pelo purgatório, buscava também garantir a transmissão de bens e de poder aos herdeiros. Assim, este que não era mais apenas um ato religioso, “tornou-se um ato de previdência e prudência que se faz na previsão da morte, mas da morte possível, não da morte verdadeira” (ARIÈS, 2014, p. 262).

Como demonstraram Michel Vovelle (2010) e Philippe Ariès (2014), o “retorno” do testamento na Idade Média se generalizou a partir do século XII, a princípio com o objetivo principal de garantir a salvação da alma, característica que se manteria pelo menos até o século XIX, quando a abordagem da questão dos bens materiais tornou-se o seu fator predominante. Porém, desde meados do baixo medievo, os testamentos, pelo menos os daqueles pertencentes aos membros de grupos dominantes, já aliavam aos poucos as finalidades espirituais com os objetivos materiais, tendendo a priorizar a transmissão do patrimônio com o pas-

sar dos séculos. Nesse contexto, em seu testamento, datado de 1426, cerca de 7 anos da sua morte, D. João I expressou detalhadamente os cuidados a serem realizados após o seu passamento: legitimava D. Duarte (1392 – 1438) como seu herdeiro e ordenava que este cumprisse as suas vontades; definia o Mosteiro de Santa Maria da Vitória como seu lugar de sepultura, recomendando a construção da capela onde ficaria a arca tumularia conjugal que mandara edificar para si e a rainha Dona Filipa de Lencastre (1360 – 1415); instruía sobre quem poderia ser sepultado na capela dos reis; deixava detalhadamente as quantias de verbas da Coroa e de sua renda pessoal a serem gastas nas obras e com os funcionários do mosteiro, assim como também as missas e os ritos a serem proferidos por sua alma e de sua esposa; além de evocar a memória de Aljubarrota, que por sua comemoração mandara construir o panteão batlhino (GOMES, 2002, pp. 134 – 140).

No início do testamento, D. João evocava a proteção divina: rogava e entregava sua alma a Deus e a bem-aventurada Santa Maria, pediu proteção e intercessão por sua alma a Santíssima Trindade e a todos os santos da glória celestial. Feito isso, o monarca, no momento intitulando-se Rei de Portugal, do Algarve e Senhor de Ceuta, justificava a redação do documento, pois devido à finitude da vida humana e a sua idade avançada (por volta de 69 anos), sentia-se no dever de

preparar-se para a morte e registrar os seus desejos e ordenações para depois que morresse. Em seguida, o soberano definiu o seu lugar de sepultamento: “mandamos que noso corpo se lamçe no Moesteiro de Samta Maria da Vitoria” (GOMES, 2002, p 135), no monumento que mandara construir, a arca tumular que abrigaria os dois ataúdes, que receberia seu corpo e as ossadas da rainha. D. João legitimou seu herdeiro, estabelecendo que o “iffante Duarte, meu filho primogenyto e herdeyro que, [...] depois de nossos dias ha de ficar em nosso lugar Rey e senhor destes rregnos e senhoryo” (GOMES, 2002, p 135), indicando também a linha sucessória, que caso falecesse D. Duarte, herdaria o trono seu filho ou neto legítimo. Na ausência deles, sucederiam ao trono português os filhos de D. João, por ordem de nascimento, os infantes D. Pedro, D. Henrique e assim sucessivamente, aos quais, ordenava que quaisquer que fossem reis e senhores destes reinos, que se encarregassem de cumprir com suas vontades assim como ordenado no documento.

É provável que o valor dado por D. João no testamento ao Mosteiro da Batalha e a realização dessas missas transcendesse a preocupação com os destinos de sua alma, pois envolvia também o ato de cultuar a memória de seu reinado<sup>9</sup>. Vestígios históricos do período indicam que realizar missas para propagar a memória dos reis falecidos também era comum no mosteiro, visto

que esses eventos de solenização da morte régia representavam uma afirmação pública do poder monárquico e de propaganda política (MATTOSO, 2001, p. 145). O frade dominicano Mestre Gonçalo Mendez, um Prior da Ordem Dominicana, registrou em 1438, no aniversário de cinco anos da morte de D. João, a realização de missas em celebração a memória da morte do rei, demonstrando que o ordenamento de se realizá-las em intenção do aniversário da morte do casal real (D. João I e D. Filipa), feito no testamento régio, continuava a ser cumprido. No documento, o frei afirmava que no domingo, dia 9 de novembro de 1438, foi realizado no Mosteiro da Batalha um “ssolene anyversaryo por os senhores do muy notavel e grande memorrea el Rey dom Joham e a Raynha dona Fylipa cojas aalmas Deus aja em o qual dia eu Mestre Gonçalo prior [...] da ordem de Sam Domingos disse a mysa do dicto anyversario” (GOMES, 2002, p. 226).

Se o monarca ainda em vida preocupou-se com a construção da sua futura “boa memória”, os seus biógrafos, como Fernão Lopes, Gomes Zurara e especialmente Rui de Pina, nas décadas seguintes evocariam nas suas narrativas fúnebres esse mesmo discurso. A boa memória do rei se aliava então a concepção de uma morte bem-aventurada. Os cronistas régios portugueses entre os séculos XV e XVI davam uma atenção especial à narrativa da morte dos monarcas biografados. A

descrição detalhada de atitudes e comportamentos no leito de morte, de cerimônias fúnebres e dos túmulos da realeza, aponta a importância ideológica atribuída aos monumentos, enquanto sinais visíveis da memória régia e da permanência do poder (MATTOSO, 2001, p. 114). Rui de Pina (1977) redigiu sua *Crônica de D. Duarte* nas duas primeiras décadas do século XVI, mais de 70 anos após os acontecimentos narrados. No texto, dedicou seus capítulos iniciais a narrativa dos momentos finais da vida de D. João I, da sua morte em 1433 ao sepultamento no Mosteiro da Batalha, baseando-se em documentos do arquivo régio, nas narrativas de Fernão Lopes e de Gomes Zurara, bem como o registro laudatório no epitáfio grafado no túmulo do rei.

No texto, Pina narrou a morte de D. João I, fundador da dinastia, que, em campo de batalha (Aljubarrota), venceu o Rei de Castela, D. Juan I, e ali assegurou o reino e o direito como Rei, rei magnânimo e forte, vencedor e invicto (PINA, 1977). O objetivo do cronista era claro: um rei de tão gloriosa memória dos seus feitos deveria manter tal condição na memória de sua morte e assim deveria ser registrado na crônica, “porque foram as mais excellentes e mais cerimoniais que atee seu tempo nestes Regnos a Rey delles se fizeram; e foi jaa obra e officio do muy excellente seu verdadeiro, e legitimo filho, e socessor ElRey Dom Duarte” (PINA, 1977, pp. 490-491). A interpretação

de Pina parece-nos muito próxima de uma inscrição inserida junto ao túmulo de D. João I, datada de meados do século XV e atribuída ao rei D. Duarte, que sintetiza o epitáfio do monarca:

*Neste túmulo jaz o bem-aventurado Rei D. João,  
O Magnânimo, o piedoso, e a glória dos Reis,  
Militar honrado, o mais firme no rigor da lei:  
Aquele notável Rei que com poucos soldados  
venceu Castela, e conquistou Ceuta com uma  
grande armada<sup>10</sup>.*

Uma questão fundamental aparece na narrativa sobre o passamento de D. João I: o princípio da “boa morte”. Conforme Ariès (2017), no Ocidente Medieval a ideia de boa morte relacionava-se a dois modelos essenciais: a morte honrosa em campo de batalha ou a boa morte no leito. No caso do Mestre de Avis, Pina organizou sua narrativa em cima da concepção de boa morte no leito. D. João, com mais de 76 anos de idade e tomando conhecimento do seu estado de saúde, teria pressentido a morte se aproximar, e então se preparou para deixar este mundo em direção ao reino do céu, narrativa que simboliza um sinal de bem-aventurança, de salvação que apenas os eleitos possuíam e a ideia do pré-conhecimento da morte (SOUSA, 1984, p. 424). Conforme Pina, o “muyto vitorioso Principe, e de gloriosa memoria El-Rey Dom Joham”, décimo rei de Portugal e primeiro Senhor de Ceuta, em idade avançada e “tocado de doença<sup>11</sup>, e paixam perigosa, e mortal”,

era aconselhado pelos físicos e os infantes que se retirasse para as terras de Riba-Tejo, onde pudesse descansar e se curar. Poucos dias depois, sentindo-se fraco e pressentindo a morte, pediu aos filhos e seu Conselho que “por quanto se sentia jaa no estremo de sua vida, e para tal Rey como elle não convinha morrer em Aldêas, e desertos, mas na mais principal Cidade, e na melhor Casa de seus Regnos, logo ho levassem aa Cidade de Lixboa” (PINA, 1977, p. 489).

A narrativa apresentava duas atitudes importantes no comportamento do rei: tomava conhecimento da proximidade da morte e aceitava o seu fim com resignada lucidez. Como já vimos, uma característica essencial da boa morte é a capacidade de pressenti-la, implicando no indivíduo ser avisado de maneira definitiva que o seu fim estava próximo, seja por meios sobrenaturais (intuição, autodiagnóstico ou visão extraordinária) ou naturais (recorrendo ao diagnóstico dos físicos). De todo modo, a notícia de que a morte estava por chegar detinha o caráter de mercê outorgada por Deus e, assim, revelava-se a bem-aventurança do moribundo.

D. João teria afirmado que ao rei não caberia morrer em vilarejos ou em aldeias e sim na sua amada cidade, melhor casa de seus reinos, que o levassem para Lisboa e que passasse seus momentos finais em seu castelo. A atitude do monarca em recusar o conselho dos físicos e preferir passar

seus últimos momentos em Lisboa representa também outro elemento importante da boa morte, o de não morrer sozinho, o que não poderia ocorrer com os grandes e honrados, especialmente aqueles que usufruem do estado de rei. O que justificava D. João querer finir-se em lugar digno do soberano, no Paço, na melhor casa da melhor cidade do reino, em Lisboa, na sua cidade-mãe-esposa, como a chamava Fernão Lopes, ao narrar o papel que a cidade representara no auxílio ao seu Messias em tempos de crise dinástica<sup>12</sup>. Falecendo em Lisboa, cidade onde nascera, o Mestre de Avis encerrava um ciclo.

Na narrativa de Pina, a pedido do pai, os infantes o levaram em peregrinação por igrejas e altares da cidade, muitos construídos a mando do monarca (PINA, 1977, pp. 489 – 490). O cronista relatou uma melhora no estado de saúde do soberano. Na narrativa, D. João, como predestinado, melhorava antes do falecimento, representação significativa da dádiva celeste para aqueles eleitos por Deus, para que pudessem dispor de suas últimas vontades nos momentos finais de vida (COELHO, 2008, p. 375). Esse sinal de melhora também não foi interpretado como adiamento da partida ao outro mundo, pelo contrário, era sinal de que o fim se aproximava. D. João aproveitou os seus últimos momentos para sair em romaria, não em uma peregrinação de penitência, como se esse rei, santificado pelo discurso cronístico, elevasse a

altura dos santos a quem dava o seu último adeus, transitando em todo o seu estado majestático, não pediu saúde, encomendou a sua alma e distribuiu esmolas (SOUSA, 1984, p. 440). O rei de Boa Memória despediu-se de São Vicente e da Imagem de Nossa Senhora, do patrono da cidade em que nasceu e jurou defender, e da Senhora do Reino, com elementos repletos de simbolismos que santificaram o rei antes da partida da sua alma, que já apresentava sinais de garantia do seu lugar nos reinos do céu (COELHO, 2008, p. 375).

Serenidade na hora da morte foi outra característica atribuída ao comportamento de D. João antes do falecimento. Após a peregrinação por espaços do sagrado em Lisboa, o rei foi levado ao castelo de onde partiu, e poucas horas antes de seu falecimento, sob o cuidado de religiosos, colocou as “as maaõs em sua barba Real, por que a achou alguñ tanto crecida, a mandou logo fazer dizendo que nom convinha a Rey, que muytos aviam de vêr, ficar despois de morto espantoso e disforme” (PINA, 1977. p. 490). Observemos os significados presentes na atitude e na fala atribuída ao rei pelo cronista. Nela, D. João aparecia completamente lúcido e sereno em seus últimos momentos de vida, como deveriam estar aqueles que são eleitos por Deus. A preocupação com a aparência retrata o sinal de luto e dó, quando “renascerá” em outra vida na presença do “Rei dos reis”. Enquanto soberano daquele povo, não

quer se apresentar “espantoso e disforme”, características do medo e do pecado, mas por outro lado, pretendia acabar como rei, em todo estado da realeza que muitos haveriam de ver, na consciência do espetáculo da morte régia (COELHO, 2008, p. 376).

Há na narrativa uma contraposição do relato da morte de D. João com a de seu irmão e antecessor, o rei D. Fernando, que, de acordo com Fernão Lopes, obteve uma “morte escura”, solitária, com aparência distante do homem que fora e uma cerimônia fúnebre muito pouco representativa ao estado de rei. Conforme o cronista, em seus últimos dias de vida D. Fernando permaneceu em seu Paço, na cidade de Lisboa, estando muito doente, sua aparência estava muito distante de quando começou a reinar (LOPES, 1986). Na interpretação de Lopes, o monarca teria reconhecido o fracasso que foi sua vida enquanto rei, sendo retratado pelo cronista como um agonizante extremamente infeliz, em que aqueles presentes em seu funeral não derramavam lágrimas devido ao passamento do falecido, mas por pena dele (COELHO, 2008, p. 376).

Ao contrário do irmão e sucessor, que mantinha a serenidade e características da boa morte nas suas palavras finais, D. Fernando fazia de sua última fala um ato de arrependimento e fé. O rei, chorando muito e rogando a Deus por perdão, teria afirmado que como um bom cristão, Deus lhe



concedeu o reino português para salvaguardá-lo no Direito e na Justiça, mas que por seus pecados, acabou por falhar em sua governança (LOPES, 1986). O cronista descreveu o cerimonial fúnebre discreto, o ataúde com o corpo do monarca foi coberto com pano preto e, carregado por frades franciscanos, foi levado ao Mosteiro de São Francisco, cercado por poucas pessoas e manifestações de sofrimento. Fernão Lopes mencionou que a rainha Dona Leonor não compareceu ao sepultamento do marido, alegando um mal-estar, porém, outras pessoas afirmavam que ela temeria o falatório dos presentes. A atitude da rainha não teria saído como esperava, pois, a sua ausência no enterro do marido aumentou os rumores sobre seus supostos adultérios, que seriam motivações para o não comparecimento. E encerrou sua narrativa reforçando a simplicidade do sepultamento de D. Fernando, que teria sido realizado por meio de exéquias e uma sepultura muito simples, pouco digno ao estado de rei (LOPES, 1986).

É importante ressaltar que dentro do imaginário do homem medieval, rosto feio, espantoso, triste ou disforme, tanto nos mortos quanto nos vivos, representava para os primeiros sinais da eterna perdição e, para os outros, indicativos de crime e pecado. D. João I, ao contrário, ao demonstrar preocupação com a aparência antes de falecer, apresentava a harmonia e a serenidade que ficavam no semblante dos justos, claros sinais de

sua bem-aventurança (SOUSA, 1984, p. 445). É presente também nas palavras finais do rei a preocupação da aparência física vinculada ao prestígio da realeza. Morrer espantoso e disforme era um mau sinal para os destinos da alma de qualquer pessoa, de tal modo que não convinha a um monarca falecer em tais condições.

De acordo com Armindo de Sousa (1984), apesar de parecer plausível a preocupação de D. João com a boa morte, o mais provável é que essas palavras não tenham sido ditas pelo soberano, mas sim inventadas por Rui de Pina. Mesmo levando em consideração que os cronistas geralmente não faziam citações textuais e tinham como característica das suas narrativas apresentar diálogos entre as personagens, é considerável a possibilidade de que o cronista, assim como aqueles que exerciam sua função naquele tempo, usasse de sua narrativa para valorizar e traduzir todo o enaltecimento do poder monárquico e isso justificaria as palavras finais atribuídas ao rei em seu leito de morte.

O ponto alto da construção simbólica em torno da morte de D. João no texto de Rui de Pina encontra-se neste trecho:

O dicto glorioso Rey acabou logo sua bem aventurada vida com mui claros sinaaes de Salvaçam de sua alma, a quatorze dias d'Agosto, vespera d'Assumpçam da Virgem Maria Nossa Senhora do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de

mil quatrocentos e trinta e tres: e foi cousa assaz maravilhosa, e de singular exemplo de sua devaçam, e de grande pronostico de sua bem aventurança, que em tal dia tão bem naceo, e nelle, compria entamhidade de setenta e sete annos; e em tal dia, em batalha campal, em que se compriam quorenta e oyto annos, vencêo neste Regno ElRey Dom Joham de Castella, com que segouro seus Regnos e Estado: por cuja memoria mandou alli novamente edificar o Moesteiro de Santa Maria da Vitoria, que vulgarmente se diz da Batalha; e em tal dia, em que se compriam dezoito annos partiu de Lixboa, quando em Africa passou e tomou aos imygos da Fee a muy nomeada cidade de Cepta; no qual dia do seu fallecimento ho Sol crys em grande parte de sua claridade; e assi também ho Sol crys, ho dia em que a Rainha Dona Felipa sua molher falleceo primeiro que elle em Sacavem; e assi o dia em que seu filho ElRey D. Duarte seu filho mayor, e herdeiro falleceo depois em tomar (PINA, 1977, p. 490).

Nesse discurso, D. João morreu na mesma data do seu nascimento, assim fechando um ciclo. A data de sua morte coincidiria com as grandes conquistas de sua vida, a batalha de Aljubarrota, a independência e a conquista do trono português, e a partida para a conquista de Ceuta. Sabe-se que

D. João teria falecido no dia 13 de agosto. Contudo, levando-se em conta a problemática dos diferentes calendários, a forma como essa questão aparece em diversos documentos e, principalmente, a oficialização da data por D. Duarte, assim marcando o dia 14 de agosto como a data da morte do rei, unindo o simbolismo do passamento do monarca com a conquista de Aljubarrota (1385). D. João partiria deste mundo no dia mais “glorioso” de sua vida, exatos 48 anos após a vitória frente à Castela, que trouxe a independência ao reino e lhe garantiu o trono.

Qual seria a intenção do cronista em alinhar essas datas, com diversos erros cronológicos, em sua narrativa? É provável que sua intenção fosse reforçar a bem-aventurança de D. João I, a ponto de quase torná-lo um santo. Ao elaborar essa junção de datas, Rui de Pina teria cometido um erro intencional, provavelmente influenciado pelos registros de Gomes Zurara (1792). Por que o erro do cronista teria sido intencional? Porque ele próprio na *Crônica de D. Afonso IV* teria datado o nascimento do Mestre de Avis no dia 11 de abril de 1357, primeiro ano do reinado do rei D. Pedro, seu pai (PINA, 1936). Sabe-se que Pina teria redigido essa crônica após ter feito a de D. Duarte, mas é provável que ao narrar a morte de D. João I já teria consultado os escritos de Fernão Lopes e Gomes Zurara, entre outras fontes que lhe serviram como referência.

Errar propositalmente a data de nascimento de D. João para ligá-la a data do seu passamento tem uma importância significativa: o cronista objetivava proclamar que todos os acontecimentos da vida do fundador da Dinastia de Avis teriam sido destinados pelos céus, e sua estadia nesse mundo fora parte de um projeto celestial para a salvação do reino português. Assim como Fernão Lopes, Pina trazia em sua narrativa o discurso messiânico personificado no Mestre de Avis, que, como os outros cronistas que relacionavam os feitos do monarca à data de 14 de agosto, reforçava a glória de Aljubarrota. Permanecia a preocupação em provar que esse rei não era um usurpador e que a dinastia que fundara se assegurava no Direito, como garantiu João das Regras nas Cortes de Coimbra em 1385 e, pela vontade divina, uma dinastia sancionada por Deus, por meio da vitória na Batalha de Aljubarrota.

Outro equívoco do cronista chama atenção nesse trecho da crônica, D. João teria falecido aos setenta e sete anos de idade. Se o monarca nasceu no dia 11 de abril de 1357 e faleceu entre os dias 13 e 14 de agosto de 1433, ele viveu setenta e seis anos e quatro meses, não setenta e sete como narrou Pina. Outro erro intencional? De qualquer forma é carregado de significados. Provavelmente isso remete a simbólica dos números, que tanto na Bíblia, como na Cabala, é atribuída ao número sete e seus múltiplos um lugar de grande importância.

O número sete teve no mundo semita uma posição privilegiada, relacionando-se às quatro fases da lua com sete dias em cada (LUCKER, 1993, pp. 227 – 228). Então, associava-se a ideia do número sete com o período completo e com o conceito de algo inteiro ou cheio, portanto, perfeito, como ordenado por Deus. Dentro dessa simbologia dos números, D. João teria vivido uma vida completa por propósitos misteriosos desde a sua criação e que iriam se revelando ao longo dos anos. Os cronistas incorporaram esse simbolismo em suas narrativas, dando ênfase nos sinais reveladores do destino messiânico do monarca.

Em 14 de agosto de 1433 se comemorava 48 anos da vitória na Batalha de Aljubarrota, que para os cronistas representava também o claro sinal de maravilha e prognóstico daquele que, assim como em 1385 venceu os castelhanos e livrou Portugal do mal, também haveria de vencer as forças do Mal na sua batalha final e, portanto, dia de salvação. Assim como a evocação da memória de Aljubarrota, Pina também relacionou a data da morte do monarca à partida para a conquista de Ceuta. Novamente, o cronista cometeu erros. Como se sabe, a esquadra portuguesa partiu de Lisboa no dia 25 de julho, chegando à costa norte-africana no dia 7 de agosto e conquistando a cidade marroquina no dia 22 de agosto (DUARTE, 2015). De acordo com o cronista, em 14 de agosto de 1433 completava-se 18 anos da partida para

Ceuta. No epitáfio de D. João I, encontra-se grafado que a sua morte aconteceu aos "dezoito anos menos oito dias" após a conquista de Ceuta. Isso dificultaria para o cronista associar o marco da conquista com a data de 14 de agosto, justificando-se, portanto, a sua escolha da partida da frota portuguesa para associar aos eventos (SOUSA, 1984, p. 452).

Rui de Pina ainda evocaria a manifestação dos astros no luto pela morte de D. João I. Conforme o cronista, no dia da morte do monarca, o sol teria se tornado cinza. Seja um eclipse ou um obscurecimento, na narrativa essa reação do astro para com a morte do rei só poderia ser pautada como um milagre. Aparentemente, o cronista teve a intenção de reforçar que o caráter transcendente do dia da morte do soberano se tratava de um sinal declarativo de que um predeterminado acabara de se finir. Entendemos que em diferentes culturas o sol tem uma forte ligação com a representação de reis e rainhas. Desse modo, seria natural aparecer essa característica na retórica do cronista, que colocou o maior dos astros em sinal de luto no momento do passamento de um grande rei na Terra. É provável que a narrativa sobre o eclipse ou obscurecimento do sol no momento da morte de D. João tenha sido criação de Rui de Pina. Fernão Lopes e Gomes Zurara não deixaram qualquer registro relatando tais acontecimentos. O primeiro, inclusive, era bem cético

com a relação que os fenômenos naturais pudessem ter com a morte dos reis. De acordo com Lopes, os eclipses aconteciam em determinados tempos e nada tinham a ver com a morte régia (LOPES, 1986). Uma convicção muito diferente da apresentada por Rui de Pina.

## O EPITÁFIO E A DATA 14 DE AGOSTO DE 1433: A ASSOCIAÇÃO À ALJUBARROTA

Uma questão fundamental para entender as evocações de memórias idealizadoras da morte de D. João também está centrada no uso da data 14 de agosto de 1433 como dia da sua morte. Diversas fontes oriundas dos séculos XV e XVI reforçaram o dia 14 como o marco do falecimento do monarca, como o próprio Rui de Pina, mas o mais provável é que o soberano tenha falecido no dia anterior, e para relacionar o seu passamento a Aljubarrota, tanto D. Duarte, como os cronistas posteriormente, deram ênfase a essa data objetivando engrandecer ainda mais a memória da morte do rei.

Um dos testemunhos mais próximos ao acontecimento foi registrado por Gomes Eannes de Zurara na *Crônica de D. Pedro de Meneses* (1792). Assim como Pina, Zurara também relacionou o dia da morte de D. João com a comemoração de dois

aniversários: a do nascimento e o da vitória em Aljubarrota, também cometendo o erro de colocar a data de nascimento do rei nesse dia, provavelmente de forma voluntária. Outro testemunho importante sobre essa questão é aquele registrado nos epitáfios do túmulo de D. João I. Nesses, encontramos toda a glorificação a memória de um rei que se pretendia imortalizar por meio desse gênero literário que era extremamente apropriado para isso. Os epitáfios eram obviamente textos de propaganda dinástica, assim como o túmulo, a capela e o mosteiro onde se encontravam.

No túmulo conjugal que abrigou os corpos do rei e da rainha, o sucessor do Mestre de Avis mandou colocar dois epitáfios, unindo memória escrita e memória em pedra<sup>13</sup>. Ambos foram redigidos em 1434, e mesmo se não forem de autoria de D. Duarte, é certo que no mínimo teve o seu texto orientado pelo monarca. Nesses, registrou os feitos virtuosos de seus pais: D. João, o rei invicto, primeiro rei cristão que depois da “invasão muçulmana para a Espanha” foi senhor da famosa cidade de Ceuta na África, ressaltou também a vitória no Cerco de Lisboa e a vitória em Aljubarrota, exaltando as suas qualidades enquanto pai, não apenas da virtuosa linhagem de Avis, mas como "pai do povo português". O rei herdeiro então objetivava gravar em pedra uma memória idealizada por características da superioridade do percurso de vida do seu pai, baseado na invencibilidade e

nos seus altos feitos. Reforçava-se também o ideal cruzadístico, que seria adotado no reinado de D. Duarte com a tentativa de novas conquistas no norte da África (COELHO, 2008, p. 390).

Figura 1 – Epitáfio de D. João I na sua arca tumular na Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha



Fonte: Autor (2019)

Legenda: Vila da Batalha, Portugal.

O dominicano frei **Luís de Sousa**<sup>14</sup> trouxe na obra *História de São Domingos (1767)* a transcrição das palavras registradas no monumento funerário de D. João I. O texto laudatório iniciava com elogios e exaltação das virtudes atribuídas ao monarca: neste monumento jaz o sereno, vitorioso e magnífico príncipe D. João, décimo rei de Portugal e primeiro Senhor de Ceuta (SOUSA, 1767, p. 656). O parágrafo introdutório já anunciava o grande feito do finado soberano, era o primeiro entre os cristãos a (re)conquistar um território que já teria pertencido à Cristandade no norte da África

ca desde a conquista islâmica na Península Ibérica. A sua linhagem foi exaltada: era filho de rei, D. Pedro I de Portugal, que o armou cavaleiro aos cinco anos de idade e, mais tarde, o elevou a Mestre da Ordem de Avis<sup>15</sup>. Em seguida, priorizaram-se os adventos da morte do rei D. Fernando e a Crise Dinástica de 1383 - 1385 que culminou na ascensão ao trono pelo monarca: o texto destacava dois eventos importantes de forte ligação de D. João com a cidade de Lisboa, sua nomeação como Regedor e Defensor do Reino<sup>16</sup>, bem como a defesa da cidade durante o cerco castelhano, ambos no ano de 1384<sup>17</sup>.

Os conflitos com os castelhanos até a vitória em Aljubarrota em 1385 continuaram em destaque no texto, que trazia uma informação muito importante: D. João foi um rei eleito e, portanto, escolhido pelo povo português. A menção às Cortes de Coimbra de 1385 que elegeram D. João rei não é por acaso, exaltava-se a ideia do líder aclamado e que assegurava o trono por direito. A Batalha de Aljubarrota de 1385, o evento histórico que marcou a construção memorial da Dinastia de Avis foi também reforçado, idealizava-se a grande vitória portuguesa perante a um inimigo mais poderoso e numeroso, conseguida graças à intercessão divina, de Deus e da Virgem, que "fucedeo na vespera à sua honra edificar este Convento, que he a melhor obra de toda Espanha" (SOUSA, 1767, p. 657).

As virtudes do rei na governabilidade do reino aparecem no monumento como uma importante propaganda do poder régio, pois D. João teria assumido um reino em meio a diversas crises e convulsões sociais, "achando estes Reynos não menos estragados de costumes, que desbaratados das infolencias dos inimigos" (SOUSA, 1767, p. 657), tratou de corrigir os problemas por meio do seu próprio exemplo, no lugar de obras de maldades e devassidões, fez florescer "virtude, honestidade, e honra" (SOUSA, 1767, p. 657). A paz duramente conseguida com os castelhanos foi mencionada, pois "procurando evitar guerras com Chriftãos deixou antes de sua morte alentada com elles paz perpetua para si, e para seus successores" (SOUSA, 1767, p. 657). A conquista de Ceuta é narrada no epitáfio, valorizando a empresa marroquina e a atuação dos infantes de Avis no processo.

O ideal cruzadístico da empresa de Ceuta é ressaltado: "abraçado no fogo da fé", D. João I, o infante herdeiro D. Duarte e seus irmãos D. Pedro e D. Henrique (e D. Afonso, conde de Barcelos), partiram com uma grande armada e tomaram uma importante praça no norte da África, de acesso e controle ao mar mediterrâneo (SOUSA, 1767, pp. 657 – 658). Nota-se nesse trecho um conteúdo similar ao narrado por Gomes Zurara na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, em que o cronista atribuiu a D. João I e aos infantes três grandes motivos da

partida a cidade marroquina: fazer o “serviço de Deus”, lavar as mãos do sangue cristão (castelhanos e aliados) derramado por meio do sangue infiel e armar os infantes cavaleiros<sup>18</sup>.

O trecho final do epitáfio é uma exaltação a "bem-aventurada" morte de D. João I:

E avendo dezoito annos menos oito dias, que fe compriaõ vefpera da Affumpção da Virgem Noffa Senhora do anno de 1433, que a tinha tomado, e fortificado baf-tantemente contra todo acometimento de enemigos: no mefmo dia mez, e anno acabou efte gloriofiffimo Rey bem aventuradamente fua vida na cidade de Lisboa, rodeado de feus filhos, e de grande parte da nobreza do Reyno, deixando a cidade de Ceuta em poder do muy alto, e muy poderofó Rey dom Duarte feo filho, que à imitação de tal pay procura mantella, e governalla com efte Reynos na fé de Jefu Chrifto (SOUSA, 1767, p. 658).

A data 14 de agosto, Véspera de Nossa Senhora de Assunção, e a relação da morte do rei com o dia da vitória em Aljubarrota foram reforçadas no epitáfio. D. João encerrava sua passagem neste mundo na cidade de Lisboa, cercado de seus filhos e da aristocracia do reino e, além do reino que recebera em 1385, deixava ao seu sucessor a expansão do território personificada na cidade de Ceuta que, por sua conquista, pertencia à fé de Jesus Cristo.

O epitáfio também trouxe informações sobre o cerimonial fúnebre do rei. A cerimônia de transladação dos restos mortais de D. João I e D. Filipa à Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha foi acompanhada pelo rei D. Duarte e por seus irmãos, apresentando na transcrição os títulos dos infantes, em uma clara alusão ao ideal de virtuosa família: D. Pedro (duque de Coimbra e Senhor de Montemor), D. Henrique (duque de Viseu, Senhor de Covilhã e Governador da Ordem de Cristo), D. João (Condestável de Portugal e Governador da Ordem de Santiago), D. Fernando (que mais tarde receberia de D. Duarte o governo da Ordem de Avis) e o conde de Barcelos, D. Afonso, filho natural do rei. As filhas de D. João também foram mencionadas, a infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, e D. Beatriz, condessa de Arundel, que se encontravam nos seus reinos, acompanhadas de seus maridos (SOUSA, 1767, pp. 658 - 659).

O monumento é obviamente um elemento propagador do que a Corte considerava importante reforçar e evocar sobre a memória de D. João e é também o documento mais antigo no que se refere à datação da morte do soberano (SOUSA, 1984, p. 458). No epitáfio, foi registrado que o Mestre de Avis, no mês e na vigília citados (agosto e Véspera de Assunção no ano de 1433), este *gloriosíssimo* Rei acabava de forma bem-aventurada a sua vida terrena. Notamos duas questões relevantes no texto laudatório: o reforço da boa morte

e a omissão da identificação numérica do dia em que ocorreu o falecimento. É provável que no epitáfio já houvesse a intenção de reforçar o dia 14 como a data da morte de D. João I.

Outros dois documentos redigidos entre as décadas de 1430 e 1450 trouxeram uma nova questão para o dia da morte de D. João, pois ambos também reforçaram o dia 14 de agosto, mas dessa vez indicando a hora do falecimento, que teria ocorrido às duas horas da manhã. Esses documentos são o *Testemunho do Manuscrito 80* (SOUSA, 1984, p. 482) e o *Testemunho do Livro de Conselhos de El-Rei D. Duarte* (SOUSA, 1984, pp. 484 - 487). A possibilidade de o monarca ter morrido nas últimas horas do dia 13 ou nas primeiras do dia 14 também poderia relacionar-se a uma pequena confusão feita pelas diferenças entre os calendários litúrgico e civil. Assim, poderíamos separar duas datas da morte do rei, a que teria mesmo ocorrido, no dia 13, e uma comemorativa, a do dia 14.

Qual fonte poderia induzir que o monarca teria mesmo falecido no dia 13 de agosto de 1433? O *Códice de 1687 do Arquivo Distrital do Porto* trazia em parte do seu conteúdo a descrição de uma carta régia outorgada por D. Afonso V, que seria de autoria do duque de Coimbra, D. Pedro, enquanto regente do reino, que, tencionando eliminar qualquer dúvida, confirmava que o monarca faleceu no dia 13 de agosto de 1433, conforme o

teor do documento “mandamos que a dita ley se goarde para sempre como em ella he contheudo E por nom vijr em duujda o dito senhor Rey dom Joham se finou treze dias d(e) agosto do nasçimento de nosso senhor JhesuChristo de mjlliiij<sup>c</sup> e xxxiiij anos” (SOUSA, 1984, pp. 484 – 487). O que leva a crer que essa fonte tem mais credibilidade que as demais sobre essa questão? Em primeiro lugar, tratava-se de um texto legal<sup>19</sup>, que possivelmente foi decidido em uma reunião de D. Pedro com o clero, marcada por volta de agosto do ano de 1447. Uma lei que visaria beneficiar instituições religiosas em doações provindas de heranças, com a garantia da posse de seus bens adquiridos no período que abarcava até o falecimento de D. João.

Conforme Armindo de Sousa, a “memória busca suportes para reter e evocar. Quando se trata de datas, os suportes mais firmes são os de natureza social: festas e celebrações cíclicas” (SOUSA, 1984, p. 470). Por isso era maior a probabilidade de que o rei tivesse morrido no dia 14 de agosto até então. No caso de dúvida, de que poderia ter ocorrido no dia anterior. Há registros que revelam que a morte do monarca foi solenemente comemorada na cidade de Lisboa, por decreto, entre os anos de 1435 e 1438. Sabe-se D. Pedro tinha uma relação complexa com o pai<sup>20</sup>, portanto, qual seria o interesse do duque de Coimbra em contrariar a tradição sobre o dia da morte



do seu pai? Provavelmente não haveria esse interesse, levando em consideração que ainda não existia tal tradição. As crônicas que a alimentariam ainda estavam por ser escritas. As exéquias anuais de Lisboa que poderiam consistir na origem das comemorações na data simbólica acabaram ainda em 1438, ano do falecimento de D. Duarte, o que daria maior credibilidade para o documento e a possibilidade do Mestre de Avis ter falecido no dia 13 de agosto<sup>21</sup>.

Em suma: o dia 14 de agosto seria a data comemorativa da morte do rei, dentro do calendário litúrgico, enquanto o dia 13 de agosto seria o provável dia do falecimento de D. João I, dentro do calendário civil. Pelas evocações da boa memória do rei e visando dar prestígio ao seu reinado, evocava-se na morte a vitória em Aljubarrota, e por isso, tornava-se necessário o marco do dia 14 como data do seu falecimento. Levando em consideração o imaginário político-religioso da época, faz-se crer que o objetivo da construção dessas memórias centralizadas em Aljubarrota e na associação da morte do monarca com essa data, desde a sua gravação em pedra nos epitáfios ao primeiro capítulo da crônica escrita por Rui de Pina, era primordialmente para dar legitimidade não apenas ao reinado do seu fundador, mas de toda a dinastia.

Em associação à Aljubarrota, D. João I teve três mortes: a que realmente aconteceu

(praticamente inatingível pela investigação histórica); a idealizada pelo próprio monarca e que provavelmente planejara cumprir, que se tentou representar por meio dos últimos gestos, atitudes e falas, do que lhe disseram que deveria ser o jeito de um rei morrer; e por último, a que se objetivava immortalizar em crônica, a morte do "rei fundador dinástico, providencial e santo", o finamento que interessava ao discurso de Rui de Pina para "maior exaltar glória daquele rei e, sobretudo, da dinastia que com ele começou e da Coroa de Portugal" (DUARTE, 2005, p. 134).

## O CERIMONIAL FÚNEBRE

No primeiro capítulo da *Crônica de D. Duarte*, Rui de Pina narrou a transladação do corpo de D. João I e o seu sepultamento no Mosteiro da Batalha. Após o falecimento do rei, D. Duarte, os infantes e o conselho régio se reuniram para preparar o cerimonial fúnebre e o sepultamento. A maior parte do conselho régio optou pelo cumprimento dos ordenamentos deixados por D. João em seu testamento, de ser sepultado em Santa Maria da Vitória. Porém, parte dos conselheiros sugeriu que o sepultassem na Sé de Lisboa, principalmente pelo estado do corpo e a preocupação com a sua deterioração e que depois fizessem a transladação para o mosteiro. Realizado um intenso debate, os conselheiros decidiram que o corpo do rei fosse

colocado em um ataúde de chumbo bem soldado que garantiria a sua conservação (PINA, 1977, p. 490). Os infantes, os condes e os grandes senhores do reino, em uma procissão solene, carregaram sobre os seus ombros o ataúde do castelo até a Sé de Lisboa, deixando-o sob o cuidado de religiosos, de toda a clerezia, “ho levaram com espantoso pranto aa See, honde ho leixaram ante ho Altar de São Vicente em outra tumba mais alta [...], guarne-cida naquella perfeição, como pera tal pessoa, e tempo convinha” (PINA, 1977, p. 491), e ali se realizaram várias cerimônias, missas e orações pela sua alma durante os meses que se seguiram.

O cronista utilizou-se na sua narrativa do habitual recurso ao luto e ao pranto coletivo que só os reis exemplares provocariam com a sua morte. Em uma passagem do relato da morte de D. João, Pina afirmou que:

[...] e do pranto e lamentações que ao tempo de sua morte e os Ifantes seus filhos por mingoa de tal Padre, e os vassalos por perda de tal Rey, deviam fazer, escuso de as especificar: soamente saiba-se, que em caso que nas mortes dos Reys e Principes geralmente se fazem sempre synaaes de grandes sentimentos, na deste glorioso Rey, assy em prantos e lagrimas, como na tristeza das vestiduras de todos se fez por muitos com muita spicialidade de dôr. Caa ho Reyno foi todo cuberto de vaso e burel, e nem era sem causa: porque regnou tanto

tempo, e cõ vida tão perlongada, que a nobre gente e povoo do Reyno eram jaa nelle, e per elle, per criação e bemfeitoria, todos reformados (PINA, 1977, p. 491).

Sabe-se que no ano da morte de D. João, 1433, Portugal vivia um período de paz e de certa estabilidade, tendo encerrado os conflitos com os castelhanos por tratados nos anos anteriores, especialmente com o firmamento da paz definitiva<sup>22</sup>. Isso significa que já não havia ameaças à sucessão régia e disputa pelo trono português, o que indicaria não haver a necessidade de um luto cósmico e coletivo ligado a uma possível desordem que a morte do rei de boa memória poderia ocasionar. A vitória na Batalha de Aljubarrota em 1385, dentro da perspectiva de suas interpretações mágico-religiosas, era um elemento suficientemente forte para a legitimação da causa avisina do ponto de vista simbólico, o que descartaria a necessidade de evocar o pranto social como resposta a um possível caos. Lembremos que no período de redação dessa crônica, cerca de 70 anos após os acontecimentos vividos, a legitimação ao trono da Casa de Avis parece que já estava consolidada e, portanto, a idealização da morte do rei fundador aparece, provavelmente, na intenção de glorificar os antepassados do rei D. Manuel I. Pina ressaltava que seu Senhor descendia dos mais exemplares dos reis, justificando a escolha do cronista em recorrer ao pranto e ao luto coletivo como en-

grandecimento da memória do soberano.

Assim como Pina, Duarte Nunes Leão, em sua *Cronica del Rey Dom Joaõ, o I, de Gloriosa Memoria* (1643), redigida no final do século XVI e publicada após a sua morte, também constrói a narrativa da morte de D. João em volta da ideia de luto e de pranto coletivo enquanto uma manifestação do poder e da coesão social da figura do rei. No discurso de Duarte Leão, era Lisboa, a amada cidade do Mestre de Avis, que chorava em prantos pelo passamento do seu Senhor. Conforme o cronista, assim que a notícia “[...] del Rey fer morto correo pola Cidade, fe fez geralmente por todo o Eftado de homens e molher grande pranto, qual nunca fe vio por outro nenhum Rey” (LEÃO, 1643, p. 502). Em prantos, “parecia que cada um perdia pai, e mãe, ou filhos, e a coufa que mais amava; porque como el Rey era taõ amigo de todo o povo de Lisboa” (LEÃO, 1643, p. 502), que o fizeram Defensor e Regedor do Reino, lembrando a sua luta pela defesa da cidade “por elle lofreraõ tantos trabalhos no cerco, e em outras partes, arrifcando fuas vidas [...], toda fua boa ventura atribuia a elles; e affi era amado de todos, naõ como fenhor, fe naõ como proprio pai de cada hum” (LEÃO, 1643, p. 502).

A narrativa de Duarte Leão parece-nos aliar-se, na construção do discurso sobre a morte do Rei, às concepções já evocadas por Fernão Lopes e Rui de Pina. É provável que Nunes Leão tenha lido

e se baseado nos cronistas régios anteriores. Nota-se a junção do "Messias de Lisboa" e a sua conexão com a cidade em que nascera, que o fizera rei e de onde partira deste mundo, reforçados por Lopes, com o ideal do luto coletivo e do pranto pela exemplaridade do rei, evocados nas crônicas de Rui de Pina. Assim, os cidadãos de Lisboa se despediram em prantos pela morte de seu Senhor, que na ótica do cronista, era para eles mais que um governante, tinham uma relação íntima, como se partisse deste mundo um familiar, alguém querido e amado por todos.

Após cerca de três meses de exposição para os súditos na Sé de Lisboa, realizou-se nos últimos dias de outubro o processo de transladação do corpo de D. João I para o seu Panteão da Batalha (DINIS, 1954). No dia 26 de outubro de 1433, liderados por D. Duarte, o cortejo fúnebre partiu de Lisboa seguindo em itinerário por importantes recintos do sagrado no reino, como os mosteiros de Alcobaça e Odivelas até, em um período de quatro dias, chegar ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória (PINA, 1977). No panteão batalhino, o cortejo foi recebido por todos os bispos em trajes pontificais e os demais membros da clerezia munidos de suas vestes mais ricas e hasteando cruces. A tumba de D. João foi carregada novamente nos ombros dos infantes. O sermão da cerimônia principal ficou ao cargo do confessor de D. Duarte, o dominicano frei Fernando de Arroiteia, que seguiu

as recomendações do novo monarca para essas exéquias (DINIS, 1954). A parte da pregação baseada em escritos duartinos focou na idealização da família de Avis, principalmente no exemplo que deveria se retirar das virtuosas vidas de D. João I e Dona Filipa, além de ressaltar também seus descendentes, o rei herdeiro, os infantes, netos e bisnetos (PINA, 1977). O sucessor do trono pretendia, sobretudo, reforçar a imagem da família real e da nobreza senhorial portuguesa, e assim como ordenado pelo pai no seu testamento, D. Duarte cumpriu à risca as suas obrigações para com as cerimônias fúnebres do casal real e os cuidados dedicados ao Mosteiro da Batalha.

D. João I definiu em seu testamento hierarquicamente quem poderia ser sepultado na sua Capela Real do Mosteiro, que ali se enterrasse, no centro da capela, "em alto" ou no "chão", apenas aqueles que fossem reis de Portugal, e nas suas paredes poderiam ser colocados jazigos apenas de filhos e de netos de reis e de ninguém mais (GOMES, 2002, pp. 137 – 138). No Panteão da Batalha eram guardados os passados que estavam bem definidos por genealogia, vistos como vontade divina, com o reforço de uma hierarquia que era constantemente propagada e lembrada nas preces e nas missas realizadas pelos frades dominicanos próximos aos jazigos, assim como o Mestre de Avis ordenara. Desse modo, o monumento sepulcral de D. João I e Dona Filipa de Lencastre

trazia esculpido e cristalizado em pedras umas das mais significativas representações da morte de D. João I<sup>23</sup>.

Figura 2 – Jacentes da Arca Tumular de D. João I e Dona Filipa de Lencastre



Fonte: Autor (2020)

Legenda: Vila da Batalha, Portugal.

A figuração dos jacentes dos monarcas no túmulo régio perpassava a caracterização social, era uma imagem evocativa de poder e de memória, é assim que a obra foi eternizada (SILVA, 2005, pp. 55 – 57). Observemos a imagem (figura 2): sobre a tampa do monumento, encontravam-se os jacentes do rei D. João I e da rainha Dona Filipa de Lencastre. Nela, o rei era representado coroadado, trajando armadura completa, vestido de um tabardo com as armas reais e segurando a espada com a mão esquerda, evocando-se a imagem do *Rex Bellator*. O tabardo vestido sobre a armadura possui no peito e nos braços as armas de Portugal, forma-

das pela cruz de influência da Ordem de Avis, as quinas e os castelos, em uma forte representação da heráldica régia, que, de acordo com Fernão Lopes, D. João foi o rei que inseriu “[...] a cruz nas armas de Portugal, porque a ordem de que elle era Mestre traz huã cruz verde em campo branco por armas” (LOPES, 1990, p. 2).

O traje militar esculpido no túmulo de D. João simbolizava a nova imagem de rei. Em alusão a memória de Aljubarrota, a estátua representava o chefe militar, que garantiu o trono português em campo de batalha, o que lhe deu legitimidade ao vencer as armadas de Castela. A imagem do rei soldado associava-se também a conquista de Ceuta, que se apoiaria na concepção de *Miles christianus*: ou seja, o monarca que atuou na luta em defesa da fé cristã, nos conflitos e conquistas em cima dos infiéis no norte africano (RAMÔA; SILVA, 2008, p. 87). Portanto, é nesse contexto que se iniciaria um novo modelo de representação de jacentes masculinos em Portugal quatrocentista e que viria a ser copiado por membros da nobreza e da própria realeza, em uma espécie de retomada de um ideal de cavalaria tardo-medieval.

A representação dos rostos dos monarcas aparece também como uma tentativa de retratar bem os fundadores da Dinastia de Avis (CORREIA, 1949, p. 126). A face de D. João na escultura não condizia com o seu estado de saúde e a sua idade avançada, 76 anos, na época em que morreu: es-

culpiu-se no monumento a imagem de um rei que expressava grande serenidade, humanidade e maturidade de decisão, aquilo que se deve transparecer no rosto real e na face de um líder. Assim o descreveu Fernão Lopes, um homem que “[...] não era sanhudo nem cruell, mas mança e bynina-mente castiguava: asy que ambas as virtudes que no Rey deve daver, a saber, justiça e piedade, eraõ em elle compridamente” (LOPES, 1990, pp. 2 – 3). A narrativa de Lopes, um dos principais vestígios escritos sobre a personalidade do monarca, aproximava-se da representação esculpida na mais significativa memória material deixada de D. João I para a posteridade. Nesse sentido, Saul Gomes (1997, p. 36) entende que o jacente real representava um rei jovem, por volta dos 30 anos de idade, em associação à imagem de Cristo, simbolizando a ideia de um rei messiânico que falecera na juventude em sacrifício por seu reino e seu povo. Portanto, expressava-se no monumento a sacralização da figura do monarca.

Duarte Nunes Leão retratou D. João I de forma semelhante a Fernão Lopes, provavelmente influenciado tanto pelos escritos do cronista, como as representações artísticas do soberano. A sua descrição das características físicas e da personalidade do rei parecem ser uma própria interpretação da sua estátua mortuária<sup>24</sup>. A descrição de Duarte Leão evocava traços muito próximos daqueles esculpidos no jacente de D. João: as ca-

racterísticas do Rei Guerreiro, o corpo grande e forte, capaz de suportar armas difíceis de manejar; um rei que se mantinha sempre em serenidade, conservando-se também sério diante de contentamentos e adversidades, não demonstrando alegria ou tristeza, "virtudes" na concepção do cronista que reforçavam a magnanimidade do soberano.

Aliado aos discursos cronísticos, o túmulo conjugal de D. João I e Dona Filipa teria sido uma escolha deliberada com finalidades propagandísticas, na afirmação do casal régio enquanto exemplo de virtude e base sólida de uma dinastia. A virtuosidade também estaria nos reis que continuariam a tutelar seu reino depois da morte, por meio da reunião na capela do fundador no Mosteiro da Batalha. As diversas narrativas da morte do rei de *boa memória* foram um mecanismo propagador do poder e da autoridade régia da Dinastia de Avis em quatrocentos, e, portanto, recursos de legitimação da monarquia. Nesse sentido, a memória da morte dos reis de Avis seguiria essa concepção, tornando-se importante ferramenta da consolidação do seu poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, analisamos a construção das narrativas sobre a morte do rei D. João I, investigando a edificação da memória régia e sua função como ferramenta de legitimação dinástica

no século XV. Em primeiro lugar, observa-se que a memória da morte dos reis de Avis foi cuidadosamente cultivada e utilizada como um poderoso instrumento de propaganda política. As crônicas régias, escritas por Fernão Lopes, Gomes Zurara, Rui de Pina, Garcia de Resende e Duarte Nunes Leão, desempenharam um papel crucial na idealização e exaltação dos monarcas. Esses cronistas não apenas "registraram o passado", mas moldaram narrativas que visavam consolidar a autoridade e a legitimidade da dinastia. A evocação do simbolismo de Aljubarrota, em particular, serviu como um elemento unificador e legitimador, reforçando a imagem de D. João I e seus descendentes.

A análise dos registros funerários e dos monumentos, como o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, revela como esses espaços se tornaram "crônicas em pedra", perpetuando a memória dinástica e funcionando como instrumentos tangíveis de poder e legitimidade. O túmulo de D. João I, com seu epitáfio enaltecido, exemplifica como a morte e a memória dos reis foram instrumentalizadas para criar uma narrativa coerente e poderosa sobre a origem e a continuidade da Dinastia de Avis.

Destacamos como as cerimônias e rituais régios, bem como os monumentos funerários, foram empregados como meios eficazes de propaganda política. Conforme Nieto Soria (1993), esses elementos eram projetados para ressoar no

imaginário coletivo, garantindo uma ampla recepção e aceitação das pretensões políticas da monarquia. A ideologia legitimadora difundida por esses meios não só conferia um respaldo legal às reivindicações dinásticas, mas também reforçava a autoridade da realeza através da manipulação consciente e inconsciente das percepções sociais.

Portanto, consideremos que a memória funerária de D. João I manifestou-se como um componente estratégico na construção e manutenção do poder político. A historiografia contemporânea, atenta as relações entre poder, memória, representações e imaginários políticos, tem aprofundado essa compreensão, destacando a importância dos "usos do passado" na consolidação do poder régio. Desse modo, consideramos que a memória funerária foi um dos principais mecanismos de afirmação dinástica de Avis no século XV. Através da análise das crônicas régias e dos monumentos fúnebres, compreendemos melhor como a morte e a memória dos reis foram utilizadas para legitimar e perpetuar a autoridade das monarquias europeias nos finais da Idade Média.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- AZEVEDO, H. R. **Entre a batalha e o mosteiro**: memórias legitimadoras da Dinastia de Avis (séc. XV). 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- AZEVEDO, H. R. **Morte e poder**: o Mosteiro da Batalha e a construção da memória funerária de Avis no contexto Ibérico (Século XV). 2021. 376 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 - 1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- CORREIA, Vergílio. **A Arte do Século XV**: Obras. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949.
- DINIS, António Joaquim Dias. **Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai**. Braga: Tip. das Missões Franciscanas, 1954.
- DUARTE, Luís Miguel. **Ceuta, 1415**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.
- DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte**: réquiem para um rei triste. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- FERNANDES, Fátima Regina. **Portugal, 1385, quando um reino fez seu rei**. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2018.
- GOMES, Saul Antônio. **A Batalha Real**: 14 de agosto de 1385. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- GOMES, Saul Antônio (org.). **Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha**:

Séculos XIV- XVI. Batalha: IPPAR. 2002. (Volumes I - IV)

GOMES, Saul Antônio. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV: Subsídios para a História da arte portuguesa.** Coimbra: Faculdade de Letras. 1990.

GOMES, Saul Antônio. **Vésperas Batalhinas: Estudos de História e Arte.** Leiria: Edições Magno, 1997a.

GUENÉE, Bernard. **Politique et histoire au Moyen Age. Recueil d'articles sur l'histoire politique et l'historiographie médiévale (1956 - 1981).** Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: **História: Novas Abordagens.** (Orgs.) LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 180-193.

KELLEHEAR, Allan. **Uma história social do morrer.** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LAUWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval.** São Paulo: Ed. Unesp, 2017. v. 2. p. 276 - 296.

LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente Medieval.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

LEÃO, Duarte Nunes. **Crônicas del rei D. João de Gloriosa Memória, o I deste nome e das dos reis de Portugal, D. Duarte e D. Afonso V.** Lisboa: Antonio Alvarez, 1643. Versão Digital, disponível em: <http://purl.pt/29411>.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 68 - 83.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval.** São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando.** Porto: Civilização, 1986.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I.** Introdução de Humberto Baquero Moreno. Prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1991. v.1

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I.** Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990. v. 2.

LUCKER, Manfred. **Dicionário de figuras e símbolos bíblicos.** São Paulo: Paulus, 1993.

MATTOSO, José. **Poderes Invisíveis: o imaginário medieval.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia (Coord.). **Aljubarrota Revisitada.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.

NIETO SORIA, José Manuel. **Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara.** Madrid: Editorial Nerea, 1993.

NOGÁLES RINCÓN, David. La memoria funeraria regia en el marco de la confrontación política. In: NIETO SORIA, José Manuel (Dir.). **El conflicto en escenas: La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval.** Madrid: Sílex: 2010. p. 323 - 355.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC-SP**, v. 10, p. 7 - 28, 1993.

PINA, Rui de. **Chronica d'El-Rey D. Afonso IV**. Lisboa: Biblion, 1936.

PINA, Rui de. **Crônicas**. Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: LELLO & IRMÃO, 1977.

RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. O retrato de D. João I – um novo paradigma de representação. **Revista de História da Arte**, nº 5. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, p. 76 - 95, 2008.

SCHMITT, Jean-Claude. A morte na Idade Média Cristã. In: GODELIER, Maurice (Org.). **Sobre a morte**: invariantes culturais e práticas sociais. São Paulo: Edições Sesc, 2017, p. 153 - 171.

SILVA, José Custódio Vieira da. Memória e Imagem - Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV). **Revista de História da Arte**, nº 1. Lisboa: Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 47 - 81, 2005.

SOUSA, Armindo de. **A morte de D. João I** (um tema de propaganda dinástica). Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

SOUSA, Fr. Luís de. **História de São Domingos**. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767. 4 v. (Versão Digitalizada pela Universidade de Toronto). Disponível em: <http://archive.org/stream/1767primeiraquar01caceuoft#mode/2up>. Acesso em: abril de 2020.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes**. Lisboa, 1792.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I**. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa segundo os Manuscritos nº 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

## NOTAS

<sup>2</sup>O cronista Fernão Lopes nasceu em Lisboa entre os anos de 1380 e 1390. Provingo de uma família de artesãos, serviu na corte de D. João I, sendo nomeado guarda-mor da Torre do Tombo pelo rei em 1418. Entre as décadas de 1430 e 1440, escreveu a crônica de D. João I, sob encomenda do rei D. Duarte. Função que cumpriu até por volta de 1449, quando foi substituído por Gomes Zurara. Lopes faleceu no ano de 1460 na cidade de Lisboa.

<sup>3</sup>Gomes Eanes de Zurara (1410 - 1474) foi um cronista português que substituiu Fernão Lopes, a partir de 1454, como guarda-mor da Torre do Tombo. O cronista foi o responsável pela escrita da terceira parte da crônica de D. João I, narrando a conquista da cidade de Ceuta em África.

<sup>4</sup>Rui de Pina (1440 - 1522/23) foi um cronista e diplomata português. Pina ocupou importantes funções nas cortes dos reis portugueses no final do século XV e início do XVI. Prestou serviços ao reinado de D. João II (1481 - 1495) e D. Manuel I (1495 - 1521), e, por ordenação do segundo, escreveu as crônicas de vários reis portugueses, como as de D. Duarte (1433 - 1438), de D. Afonso V (1433 - 1481) e de D. João II.

<sup>5</sup>Garcia de Resende (1470 - 1536) foi um fidalgo e cronista português. Filho de um fidalgo da corte de D. Afonso V, serviu na corte de seus sucessores, D. João II e D. Manuel I.

<sup>6</sup>Duarte Nunes Leão (1530 - 1608) foi um nobre, jurista, gramático, cronista e intelectual português, sendo responsável pela escrita de diversos textos jurídicos, de manuais e de crônicas régias dos reis da Dinastia de Avis.

<sup>7</sup>Com a morte de D. Fernando em 1383, o último monarca português da Casa de Borgonha, iniciou-se uma crise sucessória no reino português, com diversos candidatos ao trono. Esse rei deixou apenas uma filha e herdeira, casada com o rei de Castela, Juan I, que invadiu o reino reivindicando para si. Uma parte da sociedade lusitana, buscou na figura de um irmão bastardo de D. Fernando, D. João, então Mestre da Ordem de Avis, e o único dos meios-irmãos do monarca que se encontrava no reino, o candidato ideal para ocupar o trono português. Tornando-se Regedor e Defensor do reino em 1384 na cidade de Lisboa, D. João assumiu a liderança portuguesa na guerra contra Castela, sendo eleito rei em Cortes de Coimbra no ano de 1385 e, meses mais tarde, derrotando Juan I na célebre Batalha de Aljubarrota (COELHO, 2008).

<sup>8</sup>Referimo-nos as abordagens historiográficas sobre a política e o poder que ganharam força a partir da década de 1970, tendo como expoentes os trabalhos do medievalista francês Jacques Le Goff, estudos que renovaram o modo do historiador investigar os mecanismos do poder político. Ampliou-se o conceito de político, objetivando analisar as estruturas da realidade social que compõem as relações de poder. Expandindo essa categoria, passou a compreender a política não apenas pelos modelos tradicionais, mas voltando-se para as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória, o campo simbólico, as mentalidades, entre as várias práticas discursivas associadas ao poder. Sobre esse assunto, ver Le Goff e Nora (1988), Julliard (1988) e Bernard Guenée (1981).

<sup>9</sup>Os cuidados destinados ao Mosteiro da Batalha ocuparam cerca de três quartos do conteúdo do testamento de D. João I, um claro indício do apreço do soberano pelo seu panteão real. Ver Duarte (2005, p. 142).

<sup>10</sup>*"Hoc tegitur tumulo felix Rex ille Ioannes, Magnanimus, pius, & cunctorum gloria Regum, Militiæque decus, firmissima regula legum: Qui tumidum Regem paruo cum milite fregit Castellæ, & Septam sibi magna claffe subegit"*. Texto original em latim transcrito da Epígrafe inserida na coluna frontal ao túmulo de D. João I no Mosteiro da Batalha [tradução livre].

<sup>11</sup>Conforme Rui de Pina, na Crônica de D. Duarte, D. João se encontrava "tocado de doença e paixam perigosa" (Pina, 1977, p. 489). De acordo com Maria H. Coelho, não há maiores informações sobre alguma "especial doença" que afligiria o monarca, sendo provável que sofresse de desgastes físicos provenientes da idade avançada (COELHO, 2008, p. 369).

<sup>12</sup>Conforme Fernão Lopes, um dos elementos para o sucesso português diante dos castelhanos em Aljubarrota foi a barganha com Deus feita pelo povo da cidade de Lisboa. Nessa relação de barganha associada ao religioso, as pessoas de Lisboa tiveram um papel relevante com suas missas, procissões e orações pela vitória de seu Rei. Nessa parte, o cronista retratou a lealdade da cidade e colocou-a análoga à esposa do monarca, pois, "El Rey de Portugal não era casado nem tinha parenta nem irmã tal que por ele fizesse oração nã de seus feitos tivesse sentido, salvo a sua mui leal e fiel servidora a çidade de Lixboa" (Lopes, 1990, pp. 100 – 102).

<sup>13</sup>Nas laterais da arca tumular encontram-se os epitáfios do rei e da rainha, redigidos em latim e em língua vernácula (português). Ao lado do jacente do monarca encontra-se o seu texto laudatório, enquanto na lateral do jacente de D. Filipa esculpiu-se seu texto memorial.

<sup>14</sup>Manuel de Sousa Coutinho (1555 – 1632), foi um frade português que adotou o nome eclesiástico “Fr. Luís de Sousa”. Frade dominicano, escreveu a obra “História de São Domingos”, objetivando narrar a história da fundação da Ordem Dominicana e a sua atuação em solo ibérico. É na sua obra que encontramos uma das mais antigas descrições da edificação do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

<sup>15</sup>O Mestre de Avis nasceu em Lisboa, no dia 11 de abril de 1357, filho de D. Pedro com Teresa Lourenço, que além da breve menção de Fernão Lopes, pouco se sabe. Quando criança, ele foi entregue a Lourenço Martins, proveniente de Lisboa que o criou no início da infância, sendo em seguida entregue a D. Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo. Pretendia-se assim que D. João vivesse uma carreira eclesiástica, no campo das Ordens Militares. Seu pai, D. Pedro I, ordenou-o cavaleiro e após a morte do Mestre da Ordem de Avis, D. Martim de Avelar, D. João foi elevado a mestre da ordem ainda aos sete anos de idade (COELHO, 2008).

<sup>16</sup>Conforme Fernão Lopes, temendo a invasão do rei de Castela, que levaria não só grande perigo ao reino, mas as suas vidas, o povo buscava em D. João a figura do salvador, que os livraria do perigo castelhano. O cronista narrou que o povo lisbonense em meio ao alvoroço que tomava conta da cidade via no Mestre de Avis a autoridade para defendê-los. O "povo" de Lisboa rogava que não o desamparasse e ficasse no reino como Senhor e governante, prometendo a ele toda a ajuda possível com seus corpos e riquezas a seu serviço. Com a ameaça da invasão castelhana, em 1384 D. João é elevado pelo Concelho de Lisboa como defensor do reino. (LOPES, 1991).

<sup>17</sup>Aos finais de maio de 1384, D. Juan I de Castela chegava com a sua armada para cercar Lisboa, contando sob suas ordens com 6.000 besteiros, 5.000 lanças, 1000 ginetes, e uma frota de 40 naus que se aproximava da cidade. Durante cerca de pouco mais de três meses, a armada castelhana

cercou a cidade defendida pelo então D. João, Mestre de Avis e Defensor do Reino. Durante o cerco, as pessoas da cidade começaram a sofrer com a falta de alimentos, água potável e com as doenças. No início de setembro, quando os portugueses se encontravam no limite de suas forças, as armadas de Juan I se viram infestadas pela peste, que matou boa parte de seus homens e adoeceu a rainha Dona Beatriz, obrigando o monarca castelhano a levantar o cerco, dando a vitória aos portugueses. O episódio na narrativa de Fernão Lopes evocava o messianismo na imagem do futuro D. João I. A grave situação enfrentada pelos portugueses, em meio aos ataques bélicos e principalmente a defasagem causada pela fome, apontava para a iminente derrota do povo que resistia na cidade. Eis então que ocorreu aquilo que o cronista interpretou como um "grande milagre", a ajuda divina que viera para salvar o povo de Lisboa e anunciava seu líder como escolhido de Deus. Quando a derrota parecia iminente, a salvação chegaria pela peste. Os homens de Castela que sitiavam a cidade morriam às centenas por dia, e quando a *epidemia* atingiu a rainha Dona Beatriz, Juan I mandou levantar o cerco. A explicação desse acontecimento, na narrativa de Fernão Lopes, escrita décadas após o evento, assim como no imaginário do povo à época do acontecido, só poderia ser respondida como milagre. Desse modo, reforçava-se a ideia de que Deus enviara um Messias para salvar o seu povo e, assim, acreditavam as pessoas a época, como também registrou Fernão Lopes, nas profecias messiânicas sobre o predestinado chefe (Lopes, 1991, pp. 309 – 311).

<sup>18</sup>É no ideal cruzadístico que Gomes Zurara focava sua narrativa, justificando a guerra aos islâmicos de Ceuta como uma necessidade de legitimar os infantes de Avis. Questão que, conforme o cronista, teria partido dos próprios filhos de D. João. De acordo com Zurara, os príncipes desejavam pedir ao pai que ordenasse “[...] alguma cousa em que possamos fazer de nossas homrras, onde nos elle possa fazer caualeiros, como pertence aa grandeza de seu estado e a exçellencia de nosso

sangue” (ZURARA, 1915, p. 25). Os infantes tentaram convencer o pai a tomar partido pela expedição, argumentando ao monarca que havia três grandes motivos pelos quais deveria decidir pela tomada do território marroquino. O primeiro motivo era o “grande serviço a Deus”, que D. João fizera na luta pela paz e defesa de seu reino, que era mais do que razão para que desse sequência nessa nova empreitada, seguindo a “[...] boã entençam dos bem auenturados rreis dEspanha de cuja linhagem deçendeis per rreal geração” (ZURARA, 1915, p. 29). O segundo motivo seria a busca por uma trajetória honrada, tendo em vista que Deus teria dado grandes vitórias contra os seus inimigos em busca da defesa de Portugal, os príncipes acreditavam que deveriam ter um destino parecido com o de seu pai, pois seria vergonhoso “[...] nenhum grande príncipe que possui nome rreal deixar guerrear seus rreinos que ante nam, ofereçessesy e seu corpo pera defensam deles” (ZURARA, 1915, p. 25). Defendiam que deveriam oferecer seus corpos ao serviço de Deus e de tal modo “acrescentar honra”, selada com a vitória sobre os inimigos. A terceira razão utilizada pelos infantes foi que pela vontade que o pai tinha de armá-los cavaleiros, isso deveria ser feito de forma mais honrável possível, e que nessa expedição estaria a oportunidade perfeita para fazê-lo. Conforme Zurara, D. João concordou com o pedido dos filhos e depois de diversas reuniões com seu conselho, decidiu pela expedição à Ceuta, recorrendo a justificativa de “fazer o serviço de Deus” e lavar as mãos pelo sangue cristão derramado nos conflitos contra Castela. No dia 25 de agosto de 1415, os portugueses confirmavam a sua vitória e a tomada de Ceuta em uma cerimônia carregada do simbólico. O rei apropriou-se do espaço do sagrado da cidade, convertendo a mesquita-mor em igreja, onde seria realizada a missa e a celebração religiosa de agradecimentos a Deus e à Virgem, na presença de todos, por mais uma grande ajuda que davam ao monarca português. Assim, D. João I armou solenemente os seus filhos cavaleiros nesse lugar sacralizado (COELHO, 2008, p. 242).

<sup>19</sup>O documento é um texto de natureza jurídica, um instrumento legal que se destinava a divulgação por todo o reino em ocasião de litígios judiciais. O seu conteúdo tem mais credibilidade por ser apêndice declarativo da lei, proferido por um legislador, objetivando acabar com dúvidas e prevenir más interpretações. Por isso, enquanto lei redigida visava evitar ambiguidades e equívocos. Daí o seu *status* de declaração oficial que não deixava qualquer dúvida de que D. João I morreu no dia 13 de agosto (SOUSA, 1984, p. 470).

<sup>20</sup>O infante constantemente reclamava que o monarca não lhe dava o protagonismo que merecia, e por isso teria saído do reino em algumas ocasiões em busca do valor que achava merecer. Então, é crível que o regente não teria motivações pessoais para alimentar o mito em cima da morte do progenitor pela sua data comemorativa e simbólica (COELHO, 2008).

<sup>21</sup>A própria datação das horas e dos dias na diferença entre os calendários já trazia esse problema de conotação da data. Se o monarca morreu na noite do dia 13, nas proximidades da meia noite, no calendário litúrgico já poderia ser considerado dia 14, pois o dia nessa concepção era do nascer ao pôr do sol, e assim, poderia não ser um erro intencional, mas apenas a interpretação religiosa do tempo. A Igreja demandava que se usasse o seu calendário, enquanto os oficiais judiciários régios, que fosse utilizado o calendário civil. Essa dicotomia abria caminho para fraudes, e foi essa situação que D. Pedro quis evitar ao registrar que não ficassem dúvidas de que seu pai faleceu no dia 13 de agosto de 1433.

<sup>22</sup>Em novembro de 1389 foi assinado o primeiro tratado de tréguas entre os reinos hispânicos desde o início da Crise Dinástica em 1383. Após a morte de Juan I de Castela, os tutores do rei D. Henrique III optaram por estender as tréguas, que seriam ampliadas em mais 10 anos em um tratado assinado em 1402 pelos reis de Castela e de Portugal, sob forte influência da atuação política da rain-

ha Catarina de Lencastre, irmã da soberana portuguesa e, portanto cunhada de D. João I. Então, no ano de 1411, sob a aprovação dos regentes de Castela, D. Catarina e o príncipe D. Fernando, e do rei D. João I, os reinos assinavam a paz definitiva, que seria ratificada pelo rei de Castela, D. Juan II no ano de 1431 (LOPES, 1990).

<sup>23</sup>A obra executada pelo arquiteto régio Mestre Huguet continha influências estéticas tardo-góticas que se popularizavam no continente europeu. A sua planta quadrangular, desenvolvendo-se do centro a um octógono, em meio à elevação de uma arcada estrelada que no seu centro dava ênfase as armas de D. João I. O monumento funerário possui em suas dimensões 375 cm (de comprimento) X 170 cm (de largura) X 107 cm (de altura), ignorando os suportes que acrescentavam a arca tumular cerca de 77 cm. A arca possui dois ataúdes distintos, como determinado pelo rei no testamento, mas que por suas características estéticas causava a impressão de ser um ataúde único (RAMÔA; SILVA, 2008, p. 80).

<sup>24</sup>“Foi el Rey D. Joaõ de rofto formofo, e grande corpo, e mui bem proporcionado; e de grandes forças, legund fe vê por algumas peças de armas de feu corpo, que eftão no almazem do Reyno, em que ha hum elmo de grandeza naõ vulgar, e huma facha de armas, com que fohia pelejar, que fe não póde menear fem grande força. Do animo foi mui esforçado, e verdadeiramente magnanimo; nos contetamentos, ainda que folfem grandes, nunca lhe enxergavaõ no rofto alegria, nem nos cafos ad-verfos trifteza, mas tinha fempre huma perpetua ferenidade, que dava teftemunho de feu grande animo, e conftancia. Era mui clemente, e piadofo, no que também moftrava fua magnamini-dade” (LEÃO, 1643, pp. 503 – 504).